

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Decreto-Lei n.º 561/99

de 21 de Dezembro

Têm-se suscitado dúvidas sobre a entidade a quem cabe regular a utilização, pelos respectivos magistrados, dos veículos dos tribunais supremos dotados de autonomia administrativa e financeira.

Desta autonomia decorre que deve atribuir-se essa competência ao presidente do tribunal.

Uma futura alteração legislativa que atribua a outros supremos tribunais autonomia administrativa e financeira terá, evidentemente, consequências quanto à extensão do regime previsto no presente diploma.

Assim:

Nos termos da alínea *a*) do n.º 1 do artigo 198.º da Constituição, o Governo decreta, para valer como lei geral da República, o seguinte:

Artigo único

1 — Nos tribunais dotados de autonomia administrativa e financeira compete ao presidente regular, por despacho, a utilização pelos magistrados dos veículos da respectiva frota.

2 — À utilização a que se refere o número anterior é aplicável o disposto no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 50/78, de 28 de Março.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 23 de Setembro de 1999. — *António Manuel de Oliveira Guterres* — *António Luciano Pacheco de Sousa Franco* — *José Eduardo Vera Cruz Jardim*.

Promulgado em 19 de Novembro de 1999.

Publique-se.

O Presidente da República, JORGE SAMPAIO.

Referendado em 25 de Novembro de 1999.

O Primeiro-Ministro, *António Manuel de Oliveira Guterres*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Decreto-Lei n.º 562/99

de 21 de Dezembro

A uniformização dos requisitos contabilísticos necessários a uma correcta administração dos recursos financeiros públicos constitui uma preocupação que já se encontra subjacente ao actual regime da administração financeira do Estado (Lei n.º 8/90, de 20 de Fevereiro, e Decreto-Lei n.º 155/92, de 28 de Julho), tendo sido, igualmente, nesse sentido que se verificou a elaboração e aprovação do actual Plano Oficial de Contabilidade Pública (POCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 232/97, de 3 de Setembro, com o propósito de dotar o Estado de um sistema de contas adequado às necessidades de uma administração financeira moderna, inserida na nova realidade do euro e da União Económica e Monetária, que exige a disponibilidade de informação financeira

(v. g., contabilística e orçamental) em condições de acrescida transparência e compatibilidade face aos restantes Estados da União Europeia.

Também por esta razão, dado o relevo da situação consolidada de todo o sector público administrativo (SPA), se impôs a aplicação do actual POCP «a todos os serviços e organismos da administração central, regional e local que não tenham natureza, forma e designação de empresa pública, bem como à segurança social» (artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 232/97, de 3 de Setembro).

São agora idênticas razões, acompanhadas da necessidade de introdução de aperfeiçoamentos vários, que impõem, no plano orçamental, a substituição do actual regime de classificação económica das receitas e das despesas públicas.

Os actuais códigos de classificação económica das receitas e das despesas públicas constam, respectivamente, do Decreto-Lei n.º 450/88, de 12 de Dezembro, e do Decreto-Lei n.º 112/88, de 2 de Abril, sendo, portanto, anteriores aos desenvolvimentos entretanto ocorridos no plano da integração comunitária, que impõem, como se referiu, acrescidas exigências de compatibilidade e de transparência (rigor e cognoscibilidade) dos orçamentos e das contas públicas.

Reunindo-se agora num único diploma os códigos de classificação económica das receitas e das despesas públicas, procede-se, igualmente, à sua aplicação aos orçamentos das instituições que compõem o SPA — o que, aliás, já era preconizado pelo disposto no artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 737/76, de 16 de Outubro —, bem como se dá satisfação às diversas necessidades de informação a nível da contabilidade nacional, quer no que se refere às nomenclaturas e desagregação dos sectores e subsectores institucionais, quer quanto à identificação de determinadas receitas e despesas, quer ainda quanto à contabilização de operações que dificilmente se enquadram no classificador vigente, como é o caso da locação financeira e da utilização de infra-estruturas de transporte.

E dá-se igualmente resposta às necessidades de especificação de receitas e despesas, que actualmente se classificam em rubricas residuais, mas que desde a aprovação do classificador vigente têm vindo a ter cada vez maior importância em termos de montantes envolvidos, bem como às necessidades de tipificação dos artigos da receita, aos quais se estende, agora, a imperatividade hoje vigente apenas ao nível do capítulo e do grupo, facto que determina a existência, para a mesma receita, de códigos diferentes nos orçamentos e contas dos vários subsectores do SPA.

O presente diploma, não obstante consagrar esta tipificação, prevê, no entanto, que em certos níveis inferiores de especificação desagregada (das receitas ao nível do subartigo e da rubrica e das despesas ao nível da alínea) sejam estabelecidos por portaria do Ministro das Finanças, por forma a que o processo de homogeneização não implique uma rigidez paralisante relativamente à situação actual.

Por fim, propicia-se, através do presente diploma, a satisfação de necessidades decorrentes da consolidação da informação dos orçamentos e contas do SPA por via informática, quer para efeitos de acompanhamento da gestão orçamental, quer para produção de relatórios destinados às instâncias internacionais, com particular relevo no que se refere à UE.

Assim:

No desenvolvimento do regime jurídico estabelecido pela Lei n.º 6/91, de 20 de Fevereiro, e nos termos

das alíneas a) e c) do n.º 1 do artigo 198.º da Constituição, o Governo decreta, para valer como lei geral da República, o seguinte:

Artigo 1.º

Aprovação

São aprovados, nos termos do disposto no presente diploma, os códigos de classificação económica das receitas e das despesas públicas, que constam, respectivamente, dos mapas anexos ao presente diploma e dele fazem parte integrante.

Artigo 2.º

Âmbito de aplicação

Os códigos de classificação económica referidos no artigo anterior são aplicáveis aos serviços integrados do Estado, aos seus serviços e fundos autónomos e à segurança social, bem como, com as devidas adaptações, à administração regional e local e aos serviços com planos de contas sectoriais específicos.

Artigo 3.º

Estrutura dos códigos de classificação

1 — Os códigos de classificação económica das receitas e das despesas públicas procedem à distinção das mesmas entre correntes e de capital.

2 — O código de classificação económica das receitas públicas constante do anexo I procede à sua especificação por capítulos, grupos, artigos, subartigos e rubricas.

3 — O código de classificação económica das despesas públicas constante do anexo II procede à sua especificação por agrupamentos, subagrupamentos, rubricas e alíneas.

Artigo 4.º

Níveis desagregados de especificação

1 — A especificação desagregada das receitas públicas ao nível do subartigo e da rubrica e a especificação desagregada das despesas públicas ao nível da alínea são aprovadas por portaria do ministro das Finanças.

2 — Quando existam serviços com planos de contas sectoriais específicos na portaria, referida no número

anterior, intervém também o ministro que tutela o serviço.

Artigo 5.º

Aplicação futura

1 — Os códigos de classificação económica constantes dos anexos I e II ao presente diploma aplicam-se à elaboração dos orçamentos para o ano de 2001 e seguintes.

2 — Os códigos de classificação económica referidos no número anterior aplicam-se, com os necessários ajustamentos e desagregações, relativamente às autarquias locais e entidades equiparadas, à elaboração dos orçamentos para o ano de 2001 e seguintes.

3 — Aos serviços com planos de contas sectoriais específicos aplicam-se os códigos referidos no n.º 1, com os necessários ajustamentos e desagregações, apenas à elaboração dos orçamentos para o ano de 2002 e seguintes.

Artigo 6.º

Norma revogatória

1 — São revogados o Decreto-Lei n.º 112/88, de 2 de Abril, e o Decreto-Lei n.º 450/88, de 12 de Dezembro.

2 — São ainda revogados os artigos 1.º e 3.º a 14.º do Decreto-Lei n.º 737/76, de 16 de Outubro.

Artigo 7.º

Entrada em vigor

O presente diploma entra em vigor no dia imediato ao da sua publicação.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 1 de Outubro de 1999. — *António Manuel de Oliveira Guterres* — *António Luciano Pacheco de Sousa Franco* — *João Cardona Gomes Cravinho*.

Promulgado em 2 de Dezembro de 1999.

Publique-se.

O Presidente da República, JORGE SAMPAIO.

Referendado em 8 de Dezembro de 1999.

O Primeiro-Ministro, *António Manuel de Oliveira Guterres*.

ANEXO I

Classificação económica das receitas públicas

Capítulo	Grupo	Artigo	Subartigo	Rubrica	Designação
01	01				Receitas correntes
					Impostos directos:
					Sobre o rendimento:
		01 02			Imp. s/ rend. pess. singulares (IRS). Imp. s/ rend. pess. colectivas (IRC).

Capítulo	Grupo	Artigo	Subartigo	Rubrica	Designação
02	02	01			Outros:
		02			Imposto s/ sucessões e doações.
		03			Contribuição autárquica.
		04			Imposto municipal s/ veículos.
		05			Imposto municipal de sisa.
		06			Derrama.
		07			Imposto uso, porte e det. arma.
		99			Impostos abolidos.
					Impostos directos diversos.
	01				Impostos indirectos:
					Sobre o consumo:
		01			Imposto s/ produtos petrolíferos (ISP).
		02			Imposto s/ valor acrescentado (IVA).
		03			Imposto automóvel (IA).
		04			Imposto de consumo s/ tabaco.
		05			Imposto s/ álcool beb. alcoól. (IABA).
		99			Impostos diversos s/ consumo.
					Outros:
03	02	01			Lotarias.
		02			Imposto do selo.
		03			Imposto do jogo.
		04			Impostos rodoviários.
		05			Resultados exploração apostas mútuas.
		06			Impostos indirectos específicos autarq. locais.
		99			Impostos indirectos diversos.
	01				Contribuições para seg. social, CGA e ADSE:
					Contribuições para a segurança social:
		01			Regime geral.
		02			Regimes especiais e complementares.
					Caixa Geral de Aposentações e ADSE:
		01			Quotas e participações.
04	02	02			Descontos para ADSE.
		99			Outros.
	01				Taxas, multas e outras penalidades:
					Taxas:
		01			Taxas de justiça.
		02			Taxas de registo e notariado.
		03			Taxas de registo predial.
		04			Taxas de registo civil.
		05			Taxas de registo comercial.
		06			Taxas florestais.
		07			Taxas vinícolas.
		08			Taxas moderadoras.
		09			Taxas s/ espectáculos e divertimentos.
		10			Taxas s/ energia.
		11			Taxas s/ geologia e minas.
		12			Taxas s/ comercialização e abate de gado.
		13			Taxas de portos.
	02	14			Taxas s/ operações de bolsa.
		15			Taxas s/ controlo metrológico e de qualidade.
		16			Taxas s/ fiscalização de activ. comerciais e indust.
		17			Taxas s/ licenciamentos div. concedidos a empresas.
		18			Taxas s/ valor de adjudicação de obras públicas.
		19			Adicionais.
		20			Vistorias e fiscalização — Código da Estrada.
		21			Emolumentos consulares.
		22			Portagens.
	01	23			Propinas.
		24			Taxas específicas autarquias locais.
		99			Taxas diversas.
					Multas e outras penalidades:
		01			Juros de mora.
		02			Juros compensatórios.
		03			Multas e coimas p/ infracções Código Estrada e restante legislação.
		04			Coimas e penalidades por contra-ordenações.
		99			Multas e penalidades diversas.

Capítulo	Grupo	Artigo	Subartigo	Rubrica	Designação
05	01	01			Rendimentos da propriedade:
		02			Juros — Soc. e quase soc. não financeiras:
	02				Públicas.
					Privadas.
	03				Juros — Instituições financeiras.
					Juros — Administrações públicas:
	04	01			Administração central — Estado.
		02			Administração central — SFA.
		03			Administração regional.
		04			Administração local.
		05			Segurança social.
	05				Juros — Instituições s/ fins lucrativos.
					Juros — Famílias.
	06				Juros — Resto do mundo:
		01			União Europeia.
		02			Países terceiros.
	07				Dividendos e participações nos lucros de soc. e quase sociedades não financeiras:
		01			Públicas.
		02			Privadas.
	08				Dividendos e participações nos lucros de instituições financeiras.
					Participações nos lucros de administrações públicas.
	10				Rendas:
		01			Terrenos.
		02			Activos no subsolo.
	11				Activos incorpóreos:
		01			Diversos.
06	01				Transferências correntes:
					Sociedades e quase soc. não financeiras:
	02	01			Públicas.
		02			Privadas.
	03				Instituições financeiras:
		01			Instituições de crédito.
	04	02			Empresas de seguros.
		03			Outras.
	05				Administrações públicas:
		01			Administração central — Estado.
	06	02			Administração central — SFA.
		03			Administração regional.
	07	04			Administração local — Continente.
		05			Administração local — Reg. Autónomas.
		06			Segurança social.
	08				Instituições s/ fins lucrativos:
		01			Instituições s/ fins lucrativos.
	09				Famílias:
		01			Famílias.
	10				Resto do mundo:
		01			União Europeia — Instituições.
		02			União Europeia — Países membros.
		03			Países terceiros e organizações internacionais.
07	01				Venda de bens e serviços correntes:
					Venda de bens duradouros:
		01			Bens militares.
		02			Material de secretaria.
		03			Material de cultura.
		99			Outros bens duradouros.

Capítulo	Grupo	Artigo	Subartigo	Rubrica	Designação
08	02	01			Venda de bens não duradouros:
		02			Publicações e impressos.
		03			Fardamentos e artigos pessoais.
		04			Bens inutilizados.
		05			Produtos agrícolas e pecuários.
		99			Produtos alimentares e bebidas.
	03				Outros bens não duradouros.
					Serviços:
		01			Aluguer de espaços.
		02			Estudos, pareceres, projectos e consultadoria.
		03			Vistorias e ensaios.
		04			Serviços de laboratórios.
		05			Actividades de saúde.
		06			Reparações.
		07			Alimentação e alojamento.
		08			Recreativos, culturais e de desporto.
		99			Outros serviços.
	04				Rendas:
		01			Habitações.
		02			Edifícios.
		99			Outras.
09					Outras receitas correntes:
	01				Outras receitas correntes:
		01			Prémios e taxas por garantias de risco.
		02			Produto da venda de valores desamoedados.
		03			Lucros de amodação.
		04			Recuperação de impostos.
		99			Outras.
					Receitas de capital
					Venda de bens de investimento:
	01				Terrenos:
		01			Sociedades e quase soc. não financeiras.
		02			Instituições financeiras.
		03			Administrações públicas.
		04			Instituições s/ fins lucrativos.
		05			Famílias.
		06			Resto do mundo.
10	02				Habitações:
		01			Sociedades e quase soc. não financeiras.
		02			Instituições financeiras.
		03			Administrações públicas.
		04			Instituições s/ fins lucrativos.
		05			Famílias.
		06			Resto do mundo.
	03				Edifícios:
		01			Sociedades e quase soc. não financiadas.
		02			Instituições financeiras.
		03			Administrações públicas.
		04			Instituições s/ fins lucrativos.
		05			Famílias.
		06			Resto do mundo.
	04				Outros bens de investimento:
		01			Sociedades e quase soc. não financeiras.
		02			Instituições financeiras.
		03			Administrações públicas.
		04			Instituições s/ fins lucrativos.
		05			Famílias.
		06			Resto do mundo.
10					Transferências de capital:
	01				Sociedades e quase soc. não financeiras:
		01			Públicas.
		02			Privadas.

Capítulo	Grupo	Artigo	Subartigo	Rubrica	Designação
11	02	01			Instituições financeiras:
		02			Instituições de crédito.
		03			Empresas de seguros. Outras.
	03				Administrações públicas:
		01			Adm. central — Estado.
		02			Adm. central — SFA.
		03			Administração regional.
		04			Administração local — Continente.
		05			Administração — Regiões Autónomas.
		06			Segurança social.
	04				Instituições s/ fins lucrativos:
		01			Instituições s/ fins lucrativos.
	05				Famílias:
		01			Famílias.
	06				Resto do mundo:
		01			União Europeia — Instituições.
		02			União Europeia — Países membros.
		03			Países terceiros e organizações internacionais.
	01				Activos financeiros:
					Títulos a curto prazo:
		01			Sociedades e quase soc. não financeiras.
		02			Instituições financeiras.
		03			Adm. públicas — Adm. central — Estado.
		04			Adm. públicas — Adm. central — SFA.
		05			Adm. públicas — Administração regional.
		06			Adm. públicas — Administração local.
		07			Adm. públicas — Segurança social.
		08			Instituições s/ fins lucrativos.
		09			Famílias.
		10			Resto do mundo.
	02				Títulos a médio e longo prazos:
		01			Sociedades e quase soc. não financeiras.
		02			Instituições financeiras.
		03			Adm. públicas — Adm. central — Estado.
		04			Adm. públicas — Adm. central — SFA.
		05			Adm. públicas — Administração regional.
		06			Adm. públicas — Administração local.
		07			Adm. públicas — Segurança social.
		08			Instituições s/ fins lucrativos.
		09			Famílias.
		10			Resto do mundo.
	03				Títulos de participação:
		01			Sociedades e quase soc. não financeiras.
		02			Instituições financeiras.
		03			Adm. públicas — Adm. central — Estado.
		04			Adm. públicas — Adm. central — SFA.
		05			Adm. públicas — Administração regional.
		06			Adm. públicas — Administração local.
		07			Adm. públicas — Segurança social.
		08			Instituições s/ fins lucrativos.
		09			Famílias.
		10			Resto do mundo.
	04				Empréstimos a curto prazo:
		01			Sociedades e quase soc. não financeiras.
		02			Instituições financeiras.
		03			Adm. públicas — Adm. central — Estado.
		04			Adm. públicas — Adm. central — SFA.
		05			Adm. públicas — Administração regional.
		06			Adm. públicas — Administração local.
		07			Adm. públicas — Segurança social.
		08			Instituições s/ fins lucrativos.
		09			Famílias.
		10			Resto do mundo.

Capítulo	Grupo	Artigo	Subartigo	Rubrica	Designação
12	05	01			Empréstimos a médio e longo prazos:
		02			Sociedades e quase soc. não financeiras.
		03			Instituições financeiras.
		04			Adm. públicas — Adm. central — Estado.
		05			Adm. públicas — Adm. central — SFA.
		06			Adm. públicas — Administração regional.
		07			Adm. públicas — Administração local.
		08			Adm. públicas — Segurança social.
		09			Instituições s/ fins lucrativos.
		10			Famílias.
	06				Resto do mundo.
					Outros activos financeiros:
		01			Sociedades e quase soc. não financeiras.
		02			Instituições financeiras.
		03			Adm. públicas — Adm. central — Estado.
		04			Adm. públicas — Adm. central — SFA.
		05			Adm. públicas — Administração regional.
		06			Adm. públicas — Administração local.
		07			Adm. públicas — Segurança social.
		08			Instituições s/ fins lucrativos.
		09			Famílias.
		10			Resto do mundo.
	01				Passivos financeiros:
					Títulos a curto prazo:
		01			Sociedades e quase soc. não financeiras.
		02			Instituições financeiras.
		03			Adm. públicas — Adm. central — Estado.
		04			Adm. públicas — Adm. central — SFA.
		05			Adm. públicas — Administração regional.
		06			Adm. públicas — Administração local.
		07			Adm. públicas — Segurança social.
		08			Instituições s/ fins lucrativos.
		09			Famílias.
		10			Resto do mundo.
	02				Títulos a médio e longo prazos:
		01			Sociedades e quase soc. não financeiras.
		02			Instituições financeiras.
		03			Adm. públicas — Adm. central — Estado.
		04			Adm. públicas — Adm. central — SFA.
		05			Adm. públicas — Administração regional.
		06			Adm. públicas — Administração local.
		07			Adm. públicas — Segurança social.
		08			Instituições s/ fins lucrativos.
		09			Famílias.
		10			Resto do mundo.
	03				Empréstimos a curto prazo:
		01			Sociedades e quase soc. não financeiras.
		02			Instituições financeiras.
		03			Adm. públicas — Adm. central — Estado.
		04			Adm. públicas — Adm. central — SFA.
		05			Adm. públicas — Administração regional.
		06			Adm. públicas — Administração local.
		07			Adm. públicas — Segurança social.
		08			Instituições s/ fins lucrativos.
		09			Famílias.
		10			Resto do mundo.
	04				Empréstimos a médio e longo prazos:
		01			Sociedades e quase soc. não financeiras.
		02			Instituições financeiras.
		03			Adm. públicas — Adm. central — Estado.
		04			Adm. públicas — Adm. central — SFA.
		05			Adm. públicas — Administração regional.
		06			Adm. públicas — Administração local.
		07			Adm. públicas — Segurança social.
		08			Instituições s/ fins lucrativos.
		09			Famílias.
		10			Resto do mundo.

Capítulo	Grupo	Artigo	Subartigo	Rubrica	Designação
13	05	01			Outros passivos financeiros:
		02			Sociedades e quase soc. não financeiras.
		03			Instituições financeiras.
		04			Adm. públicas — Adm. central — Estado.
		05			Adm. públicas — Adm. central — SFA.
		06			Adm. públicas — Administração regional.
		07			Adm. públicas — Administração local.
		08			Adm. públicas — Segurança social.
		09			Instituições s/ fins lucrativos.
		10			Famílias.
					Resto do mundo.
	01				Outras receitas de capital:
					Saldo da gerência anterior:
		01			Na posse do serviço.
		02			Na posse do Tesouro.
					Outras:
		01			Mais-valias.
		02			Activos incorpóreos.
		99			Outras.
14	01				Recursos próprios da comunidade:
					Recursos próprios da comunidade:
		01			Direitos adunaneiros de importação.
		02			Direitos niveladores agrícolas.
15	01	03			Quotização sobre açúcar e isoglucose.
					Reposições não abatidas nos pagamentos:
					Reposições não abatidas nos pagamentos:
16	01	01			Reposições não abatidas nos pagamentos.
					Contas de ordem.

ANEXO II

Classificação económica das despesas públicas

Agrupamento	Subagrupamento	Rubrica	Alínea	Designação
01	01			Despesas correntes
				Despesas com o pessoal:
				Remunerações certas e permanentes:
		01		Titulares de órgãos de soberania e membros de órgãos autárquicos.
		02		Pessoal dos quadros — Regime de função pública.
		03		Pessoal dos quadros — Regime de contrato individual de trabalho.
		04		Pessoal além dos quadros.
		05		Pessoal contratado a termo.
		06		Pessoal em regime de tarefa ou avença.
		07		Pessoal aguardando aposentação.
		08		Pessoal em qualquer outra situação.
		09		Gratificações.
		10		Representação.
		11		Participações, suplementos e prémios.
		12		Subsídio de refeição.
		13		Subsídio de férias e de Natal.
	02			Abonos variáveis ou eventuais:
		01		Gratificações variáveis ou eventuais.
		02		Horas extraordinárias.
		03		Alimentação e alojamento.
		04		Ajudas de custo.
		05		Abono para falhas.
		06		Suplementos para participação em reuniões.
		07		Formação.
		08		Colaboração técnica e especializada.
		09		Participações, suplementos e prémios.
		10		Subsídios e abonos de fixação, residência e alojamento.
		11		Outros abonos em numerário ou espécie.

Agrupamento	Subagrupamento	Rubrica	Alínea	Designação
02	03	01		Segurança social:
		02		Encargos com a saúde.
		03		Subsídio familiar a crianças e jovens.
		04		Subsídio mensal vitalício.
		05		Outras prestações familiares.
		06		Subsídio por morte.
		07		Contribuições para a segurança social.
		08		Acidentes em serviço e doenças profissionais.
		09		Pensões de reserva.
		10		Outras pensões.
				Outras despesas de segurança social.
	01			Aquisição de bens e serviços:
				Bens duradouros:
		01		Construções militares.
		02		Material militar.
		03		Material de secretaria.
		04		Material de cultura.
		05		Artigos de adorno.
		06		Outros bens duradouros.
	02			Bens não duradouros:
		01		Matérias-primas e subsidiárias.
		02		Combustíveis e lubrificantes.
		03		Munições e explosivos.
		04		Limpeza e higiene.
		05		Alimentação — Refeições confeccionadas.
		06		Alimentação — Géneros para confeccionar.
		07		Roupas e calçado.
		08		Consumos de secretaria.
		09		Produtos químicos e farmacêuticos.
		10		Produtos vendidos nas farmácias.
		11		Material de consumo clínico.
		12		Material de transporte — Peças.
		13		Material de consumo hoteleiro.
		14		Outro material — Peças.
		15		Prémios, condecorações e ofertas.
		16		Outros bens não duradouros.
	03			Aquisição de serviços:
		01		Encargos das instalações.
		02		Limpeza e higiene.
		03		Conservação de bens.
		04		Locação de edifícios.
		05		Locação de material de informática.
		06		Locação de material de transporte.
		07		Locação de outros bens.
		08		Comunicações.
		09		Transportes.
		10		Representação dos serviços.
		11		Seguros.
		12		Alojamento.
		13		Estudos, pareceres, projectos e consultadoria.
		14		Formação.
		15		Seminários, exposições e similares.
		16		Publicidade.
		17		Vigilância e segurança.
		18		Assistência técnica.
		19		Trabalhos especializados.
		20		Utilização de infra-estruturas de transportes.
		21		Meios complementares de diagnóstico e terapêutica.
		22		Outros serviços.
03	01			Juros e outros encargos:
				Juros da dívida pública:
		01		Sociedades e quase sociedades não financeiras.
		02		Instituições financeiras.
		03		Administrações públicas.
		04		Instituições sem fins lucrativos.
		05		Famílias.
		06		Resto do mundo — UE.
		07		Resto do mundo — Países terceiros.

Agrupamento	Subagrupamento	Rubrica	Alínea	Designação
04	02	01		Outros encargos correntes da dívida: Despesas diversas.
	03	01		Juros de locação financeira:
		02		Terrenos.
		03		Habitações.
		04		Edifícios.
		05		Construções diversas.
		06		Material de transporte.
		07		Material de informática.
		08		Maquinaria e equipamento.
				Outros investimentos.
	04	01		Juros tributários:
		02		Indemnizatórios.
				Outros.
	01			Transferências correntes:
				Administrações públicas:
		01		Administração central — Estado.
		02		Administração central — SFA.
		03		Administração regional.
		04		Administração local — Continente.
		05		Administração local — Regiões Autónomas.
		06		Segurança social.
05	02			Instituições sem fins lucrativos:
		01		Instituições sem fins lucrativos.
	03			Famílias:
		01		Famílias.
	04			Resto do mundo:
		01		União Europeia — Instituições.
		02		União Europeia — Países membros.
		03		Países terceiros e org. internacionais.
				Subsídios:
	01			Sociedades e quase sociedades não financeiras:
06		01		Públicas.
		02		Privadas.
	02			Instituições financeiras:
		01		Instituições de crédito.
		02		Empresas de seguros.
		03		Outras.
	03			Famílias:
		01		Empresas individuais.
				Outras despesas correntes:
	01			Dotação provisional:
		01		Dotação provisional.
	02			Diversas:
		01		Activos incorpóreos.
		02		Impostos.
		03		Diversas.
07				Despesas de capital
				Aquisição de bens de capital:
	01			Investimentos:
		01		Terrenos.
		02		Habitações.
		03		Edifícios.
		04		Construções diversas.
		05		Melhoramentos fundiários.
		06		Material de transporte.
		07		Material de informática.
		08		Software informático.
		09		Maquinaria e equipamento.
		10		Outros investimentos.

Agrupamento	Subagrupamento	Rubrica	Alínea	Designação
08	02	01		Locação financeira:
		02		Terrenos — Locação financeira.
		03		Habitacões — Locação financeira.
		04		Edifícios — Locação financeira.
		05		Construções diversas — Locação financeira.
		06		Material de transporte — Locação financeira.
		07		Material de informática — Locação financeira.
		08		Maquinaria e equipamento — Locação financeira.
	01			Outros investimentos — Locação financeira.
				Transferências de capital:
				Sociedades e quase sociedades não financeiras:
		01		Públicas.
		02		Privadas.
				Instituições financeiras:
		01		Instituições de crédito.
		02		Empresas de seguros.
		03		Outras.
				Administrações públicas:
		01		Administração central — Estado.
		02		Administração central — SFA.
		03		Administração regional.
		04		Administração local — Continente.
		05		Administração local — Regiões Autónomas.
		06		Segurança social.
				Instituições sem fins lucrativos:
		01		Instituições sem fins lucrativos.
				Famílias:
		01		Famílias.
				Resto do mundo:
		01		União Europeia — Instituições.
		02		União Europeia — Países membros.
		03		Países terceiros e organizações internacionais.
09	06			Activos financeiros:
				Aumentos de capital.
				Títulos a curto prazo:
		01		Sociedades e quase sociedades não financeiras.
		02		Instituições financeiras.
		03		Administrações públicas — Administração central — Estado.
		04		Administrações públicas — Administração central — STA.
		05		Administrações públicas — Administração regional.
		06		Administrações públicas — Administração local.
		07		Administrações públicas — Segurança social.
		08		Instituições sem fins lucrativos.
		09		Famílias.
		10		Resto do mundo.
				Títulos a médio e longo prazos:
		01		Sociedades e quase sociedades não financeiras.
		02		Instituições financeiras.
		03		Administrações públicas — Administração central — Estado.
		04		Administrações públicas — Administração central — STA.
		05		Administrações públicas — Administração regional.
		06		Administrações públicas — Administração local.
		07		Administrações públicas — Segurança social.
		08		Instituições sem fins lucrativos.
		09		Famílias.
		10		Resto do mundo.

Agrupamento	Subagrupamento	Rubrica	Alínea	Designação
10	04	01		Títulos de participação:
		02		Sociedades e quase sociedades não financeiras.
		03		Instituições financeiras.
		04		Administrações públicas — Administração central — Estado.
		05		Administrações públicas — Administração central — STA.
		06		Administrações públicas — Administração regional.
		07		Administrações públicas — Administração local.
		08		Administrações públicas — Segurança social.
		09		Instituições sem fins lucrativos.
		10		Famílias.
	05	01		Resto do mundo.
		02		Empréstimos a curto prazo:
		03		Sociedades e quase sociedades não financeiras.
		04		Instituições financeiras.
		05		Administrações públicas — Administração central — Estado.
		06		Administrações públicas — Administração central — STA.
		07		Administrações públicas — Administração regional.
		08		Administrações públicas — Administração local.
		09		Administrações públicas — Segurança social.
		10		Instituições sem fins lucrativos.
	06	01		Famílias.
		02		Resto do mundo.
		03		Empréstimos a médio e longo prazos:
		04		Sociedades e quase sociedades não financeiras.
		05		Instituições financeiras.
		06		Administrações públicas — Administração central — Estado.
		07		Administrações públicas — Administração central — STA.
		08		Administrações públicas — Administração regional.
		09		Administrações públicas — Administração local.
		10		Administrações públicas — Segurança social.
	07	01		Instituições sem fins lucrativos.
		02		Outros activos financeiros.
		03		Passivos financeiros:
		04		Títulos a curto prazo:
		05		Sociedades e quase sociedades não financeiras.
		06		Instituições financeiras.
		07		Administrações públicas — Administração central — Estado.
		08		Administrações públicas — Administração central — STA.
		09		Administrações públicas — Administração regional.
		10		Administrações públicas — Administração local.
	01	01		Administrações públicas — Segurança social.
		02		Instituições sem fins lucrativos.
		03		Famílias.
		04		Resto do mundo.
		05		Títulos a médio e longo prazos:
		06		Sociedades e quase sociedades não financeiras.
		07		Instituições financeiras.
		08		Administrações públicas — Administração central — Estado.
		09		Administrações públicas — Administração central — STA.
		10		Administrações públicas — Administração regional.
	02	01		Administrações públicas — Administração local.
		02		Administrações públicas — Segurança social.
		03		Instituições sem fins lucrativos.
		04		Famílias.
		05		Resto do mundo.
		06		Empréstimos a curto prazo:
		07		Sociedades e quase sociedades não financeiras.
		08		Instituições financeiras.
		09		Administrações públicas — Administração central — Estado.
		10		Administrações públicas — Administração central — STA.
	03	01		Administrações públicas — Administração regional.
		02		Administrações públicas — Administração local.
		03		Administrações públicas — Segurança social.
		04		Instituições sem fins lucrativos.
		05		Famílias.
		06		Resto do mundo.
		07		Empréstimos a curto prazo:
		08		Sociedades e quase sociedades não financeiras.
		09		Instituições financeiras.
		10		Administrações públicas — Administração central — Estado.

Agrupamento	Subagrupamento	Rubrica	Alínea	Designação
11	04	01		Empréstimos a médio e longo prazos:
		02		Sociedades e quase sociedades não financeiras.
		03		Instituições financeiras.
		04		Administrações públicas — Administração central — Estado.
		05		Administrações públicas — Administração central — STA.
		06		Administrações públicas — Administração regional.
		07		Administrações públicas — Administração local.
		08		Administrações públicas — Segurança social.
		09		Instituições sem fins lucrativos.
		10		Famílias.
12	05			Resto do mundo.
				Outros passivos financeiros.
				Outras despesas de capital:
				Dotação provisional.
13	01			Activos incorpóreos.
				Diversos.
14	02			
15	03			
16	12			Contas de ordem.

MINISTÉRIO DO EQUIPAMENTO, DO PLANEAMENTO E DA ADMINISTRAÇÃO DO TERRITÓRIO

Decreto-Lei n.º 563/99

de 21 de Dezembro

O Decreto-Lei n.º 237/99, de 25 de Junho, extinguiu a Junta Autónoma de Estradas (JAE) e a empresa JAE Construção, S. A., e criou, em sua substituição, os organismos necessários ao planeamento, à construção e à administração da rede nacional de estradas, numa perspectiva de desenvolvimento económico e de exigência de qualidade.

Na reestruturação efectuada, que assentou na criação de um sistema de instituições articuladas entre si, as funções da JAE e da JAE Construção, S. A., são desempenhadas autonomamente por três institutos públicos.

Nesta estrutura, o Instituto para a Construção e Exploração da Rede Rodoviária (ICERR), tem por objectivo — a desenvolver num quadro de eficaz descentralização — gerir a rede construída, atendendo, em especial, ao conforto e segurança dos utilizadores.

A conservação das estradas é uma actividade eminentemente operativa, que deve ser concretizada por órgãos descentralizados e flexíveis.

Para cumprir tal desiderato, importa adaptar o estatuto do conselho de administração do ICERR, conferindo ao vogal não executivo um estatuto diverso dos outros elementos, de molde a tornar menos restritiva a sua área de recrutamento e, por consequência, a dotar aquele órgão de uma estrutura mais leve e dinâmica.

Aproveita-se, ainda, a oportunidade para proceder a ajustamentos e aperfeiçoamentos pontuais ao Decreto-Lei n.º 237/99, de 25 de Junho.

Assim:

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 198.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo 1.º

O n.º 5 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 237/99, de 25 de Junho, passa a ter a seguinte redacção:

«Artigo 4.º

Relações contratuais

- 1 —
- 2 —
- 3 —
- 4 —
- 5 — Para o ICERR e para o ICOR transitarão, por despacho do ministro da tutela, os direitos e obrigações da Junta Autónoma de Estradas, em concursos abertos e empreitadas, processos de expropriação, trabalhos e serviços contratados ou em curso, de que esta seja parte no âmbito das competências do ICERR e do ICOR, respectivamente.»

Artigo 2.º

O n.º 3 do artigo 8.º dos Estatutos do Instituto para a Conservação e Exploração da Rede Rodoviária, anexas ao Decreto-Lei n.º 237/99, de 25 de Junho, passa a ter a seguinte redacção:

«Artigo 8.º

Estatuto dos membros do conselho de administração

- 1 —
- 2 —
- 3 — O presidente, o vice-presidente e os dois vogais executivos exercem as suas funções a tempo inteiro e